

LEI Nº 7, DE 26 DE MAIO DE 2003.

DEFINE A EXECUÇÃO DE PEQUENO VALOR COMO LIMITE À PRECATÓRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL Aprovou, e eu JOÃO MARIA CLAUDINO, Prefeito Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, usando de minhas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Tijucas do Sul, dentre outros dispositivos legais, Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Para os efeitos do § 3º do Artigo 100 da Constituição Federal, as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório, terão como limite para a Fazenda Municipal de Tijucas do Sul, o valor de 2.500,00 UFIR.

Art. 2º Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, em execução de pequeno valor, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo de até sessenta dias, contados da entrega da requisição, por ordem do Juiz à autoridade citada para a causa, na agência mais próxima da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, independentemente de precatório.

§ 1º São vedadas as expedições de precatório complementares ou suplementares de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no artigo anterior e, em parte, mediante expedição de precatório.

§ 2º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no artigo 1º, o pagamento far-se-á, sempre, por meio de precatório, sendo facultado à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma lá prevista.

§ 3º O pagamento efetivado tal como previsto por esta Lei implica em total quitação do feito, nada mais sendo devido ao reclamante-trabalhador.

Art. 3º Os processos judiciais em que o Município restou condenado e cujas datas de expedição de precatório requisitório seja anteriores à da promulgação da Emenda Constitucional nº 37/2002 (13.06.2002) e ainda que tenham seus valores compreendidos no limite de que trata o artigo 1º desta Lei, serão quitados na forma estabelecida no caput do artigo 100 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas do Sul, 26 de maio de 2003.

JOÃO MARIA CLAUDINO

Prefeito Municipal

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 25/09/2017